

P. 11/2015

----- CONTRATO DE ADJUDICAÇÃO DA EMPREITADA DE REABILITAÇÃO DE  
ENCOSTAS, LINHAS DE ÁGUA E CAMINHOS – FREGUESIA DE SILVARES. -----

----- No dia vinte e seis do mês de Fevereiro de dois mil e quinze, no edifício dos  
Paços do Concelho, compareceram comigo Artur Ferreira Gonçalves, Oficial  
Público da Câmara Municipal de Tondela, os seguintes outorgantes:-----

-----PRIMEIRO-----

----- José António Gomes de Jesus, casado, natural e residente na Freguesia e  
Concelho de Tondela, na qualidade de Presidente da Câmara Municipal de Tondela,  
outorgando em representação do Município de Tondela com o NIPC 506 822 680,  
por força do disposto na alínea f) do número 2 do artigo 35.º, da Lei número  
75/2013, de 12 de Setembro. -----

-----SEGUNDO-----

----- Filipa Alexandre Alves da Silva Reis, solteira, maior, natural da Freguesia de  
Santa Cruz, Concelho de Coimbra e residente na Rua do Pereiro, nº 8, Freguesia de  
Midões, Concelho de Tábua, com o cartão de cidadão número 11132378, válido até  
16/10/2018, emitido pela República Portuguesa, com o NIF 214 837 033, com  
poderes para outorgar na qualidade de procuradora e em representação da Sociedade  
por Quotas Advanced Green – Engenharia Natural e Urbana, Limitada, com o NIPC  
510 901 212, com sede na Freguesia e Concelho de Arganil, conforme verifiquei por  
Certidão Permanente do Contrato de Sociedade subscrita em vinte e um de Abril de  
dois mil e catorze e por Procuração datada de dezoito de Fevereiro de dois mil e  
quinze, que arquivo respetivamente sob os números um e dois, com o Alvará de  
construção número 71362 que arquivo sob o número três. -----

----- Verifiquei a identidade do primeiro outorgante pelo conhecimento pessoal  
que dele tenho, bem como dos poderes que legitimam a sua intervenção neste ato e a

do segundo outorgante pela exibição do mencionado documento de identificação. ---

----- Pelo primeiro outorgante foi dito que por seu despacho datado de 09/01/2015, que arquivo sob o número quatro, foi adjudicada à firma aqui representada pelo segundo outorgante e após procedimento por Concurso Público publicado no número 210 da II Série do Diário da República de 30/10/2014, a empreitada de Reabilitação de Encostas, Linhas de Água e Caminhos – Freguesia de Silvaes, de acordo com a sua proposta e correspondente lista de preços unitários que lhe serviu de base datada de 12/11/2014, que arquivo sob o número cinco. -----

----- A minuta deste contrato foi aprovada por despacho do Senhor Presidente da Câmara datado de 23/02/2015, que arquivo sob o número seis. -----

----- O valor da presente adjudicação é de cento e noventa e quatro mil cento e noventa e cinco euros e um cêntimo, mais o Imposto sobre o Valor Acrescentado à taxa legal em vigor. -----

----- Que esta empreitada é por série de preços e os pagamentos se efetuarão no prazo de sessenta dias após a receção pela Câmara das respetivas faturas, mediante Autos de Medição a elaborar mensalmente de acordo com o Caderno de Encargos, que se arquiva sob o número sete. -----

----- Em caso de atraso do dono da obra no cumprimento das obrigações de pagamento do preço contratual, tem o empreiteiro direito aos juros de mora sobre o montante em dívida à taxa legalmente fixada para o efeito pelo período correspondente à mora, os quais serão obrigatoriamente abonados ao empreiteiro, independentemente de este os solicitar e incidirão sobre a totalidade da dívida. -----

----- Em caso de atraso no início ou na conclusão da execução da obra por facto imputável ao empreiteiro, o dono da obra pode aplicar uma sanção contratual, por cada dia de atraso, em valor correspondente a um por mil do preço contratual. -----

----- No caso de incumprimento de prazos parciais vinculativos de execução da obra por facto imputável ao empreiteiro, é aplicável o disposto no parágrafo anterior, sendo o montante da sanção contratual aí prevista reduzido a metade. -----

----- O empreiteiro tem direito ao reembolso das quantias pagas a título de sanção contratual por incumprimento dos prazos parciais vinculativos de execução da obra quando recupere o atraso na execução dos trabalhos e a obra seja concluída dentro do prazo de execução deste Contrato. -----

----- Que a revisão de preços será calculada nos termos do Decreto-Lei número 6/2004, de 06 de Janeiro, de acordo com o estipulado no Decreto-Lei número 18/2008, de 29 de Janeiro, mediante a seguinte fórmula: -----

$$C_t = 0,31 \frac{St_t}{So_0} + 0,04 \frac{M03_t}{M03_0} + 0,04 \frac{M06_t}{M06_0} + 0,02 \frac{M18_t}{M18_0} + 0,05 \frac{M20_t}{M20_0} + 0,02 \frac{M22_t}{M22_0} + 0,01 \frac{M24_t}{M24_0} \\ + 0,02 \frac{M32_t}{M32_0} + 0,02 \frac{M42_t}{M42_0} + 0,06 \frac{M43_t}{M43_0} + 0,02 \frac{M45_t}{M45_0} + 0,04 \frac{M47_t}{M47_0} + 0,04 \frac{M48_t}{M48_0} + 0,21 \frac{E_t}{E_0} + 0,10$$

----- Que esta empreitada deverá estar concluída sessenta dias após a assinatura do Auto de Consignação, prevendo-se o seu início em 27/02/2015 e o seu termo em 27/04/2015. -----

----- Que na parte não especialmente prevista neste Contrato e Caderno de Encargos, se aplicarão as normas legais reguladoras do regime jurídico de Empreitadas e Fornecimentos de Obras Públicas, aprovadas pelo Decreto-Lei número 18/2008, de 29 de Janeiro. -----

----- Pelo segundo outorgante foi dito que aceita para a firma que aqui representa, a presente adjudicação com todas as obrigações que deste contrato emergem, pela forma como fica exarado e documentos que dele fazem parte integrante e atrás

mencionados, renunciando a todo o benefício ou direito que de qualquer modo as possa limitar, restringir ou anular. -----

----- O encargo total deste contrato incluindo o Imposto Sobre o Valor Acrescentado à taxa legal de seis por cento, no montante de onze mil seiscentos e cinquenta e um euros e setenta centimos, é de duzentos e cinco mil oitocentos e quarenta e seis euros e setenta e um centimos. -----

----- Foram também apresentados pelo segundo outorgante e juntos a este processo, depois de rubricados, os seguintes documentos: -----

----- Documento número oito: Certidão validada via internet e emitida em oito de Janeiro de dois mil e quinze pelo Serviço de Finanças de Arganil, comprovativa de que tem a sua situação tributária regularizada. -----

----- Documento número nove: Declaração emitida automaticamente pelo Serviço Segurança Social Direta em vinte de Fevereiro de dois mil e quinze, comprovativa de que tem a sua situação contributiva regularizada perante a Segurança Social. -----

----- Documento número dez: Guia de Recebimento número 2 datada de 19/02/2015 de um depósito efetuado na Tesouraria deste Município, no valor de nove mil setecentos e nove euros e setenta e cinco centimos, como garantia pelo cumprimento do contrato. -----

----- O encargo total deste contrato será satisfeito pelo capítulo 07-01-04-13 conforme Orçamento aprovado em Câmara e Assembleia Municipais para o corrente ano. -----

----- O compromisso de verba tem o número sequencial 16180/2015, datado de 24/02/2015. -----

----- Mais se consigna nos termos do disposto na alínea h) do artigo 96 do Decreto-Lei número 18/2008, de 29 de Janeiro, que esta empreitada terá execução

no corrente ano. -----

----- Assim o disseram.-----

----- O presente contrato foi lido aos outorgantes e explicado o seu conteúdo, na  
presença de todos os intervenientes.-----

-----O Primeiro Outorgante: Dr. Antônio Reis

-----O Segundo Outorgante: Três pessoas mais do Selo Reis

-----O Oficial Público: [Assinatura]